

4

A Proposta para a Edificação da Sociedade: a Superação de uma Ética Individualista.

No decorrer deste capítulo serão apresentados princípios apontados pelo bispo de Hipona para edificação de uma sociedade justa e harmoniosa. A concórdia social só será possível quando os governantes e governados se empenharem pelo bem comum. Santo Agostinho tem plena consciência que sem Deus o homem só pensará em si mesmo. Somente o auxílio divino poderá libertar o ser humano das garras do amor desordenado. O santo pastor não hesita em chamá-lo de concupiscente. Segundo ele, quando os membros da sociedade se deixam dominar pelo egoísmo, o orgulho e os vícios é sinal de que se fecharam para Deus. O preceito máximo de Cristo: “*Amar a Deus e ao próximo como a si mesmo*,” quando vivido é a garantia da ordem social. É através da prática do *Amor Caritas*, que o homem vence suas tendências individualistas. O amor divino inculca nele a solicitude pelo bem do outro. Assim, movido pela caridade cristã, trabalhará na construção de uma sociedade justa.

A cidadania cristã terá sua plenitude na *Cidade Celeste*. Porém, ela começa aqui e agora quando os cidadãos da *Cidade Terrestre* se deixam iluminar pela fé, assumindo sua tarefa para tornar este mundo melhor.

A política e a religião cristã não são realidades antagônicas. Ambas podem se ajudar na aquisição do bem comum. Aliás, a religião cristã inspira e sustenta as iniciativas políticas, transformando-as no perfeito exercício da caridade. Contudo, ela lembra aos governantes e aos governados que eles são chamados um dia à experimentar a paz definitiva na República Celeste.

4.1

O Ser Humano Chamado a Responsabilidade e a Participação.

Conforme já mencionei anteriormente, a ética agostiniana está centrada no amor a Deus. Nele, o homem aprende a amar a si mesmo e aos seus semelhantes. No pensamento de Santo Agostinho, não há espaço para um endeuzamento do *eu*. Partindo sempre do preceito divino “*Amarás o senhor teu Deus de todo coração, de toda a alma e de todo entendimento e amarás o teu próximo como a ti mesmo*” (Mt.

22,37), o Santo Pastor consegue romper com o individualismo. A referência por excelência do homem é Cristo que habita no seu interior. O autêntico amor que tem sua fonte em Deus suplanta a tendência desordenada do ser humano de colocar o seu *eu como centro de tudo*.¹ Porém, isso só se torna possível quando a criatura é conduzida pelo Criador. O doutor da graça afirma claramente que sem o auxílio de Deus o homem não superará seu egocentrismo. O perigo de querer viver uma ética baseado apenas em si mesmo é constante na natureza humana. Esse comportamento é responsável por diversas desventuras da vida social. Elas tendem a crescer todas as vezes que o homem se arroga senhor absoluta da sociedade.² Como consequência dessa mentalidade, percebe-se com tristeza vários males que Santo Agostinho denunciou no seu tempo mas continuam atuais, por exemplo: concentração das riquezas nas mãos de uma minoria, ocasionando o aumento da miséria; a desproporção entre os pobres e ricos, gerando a fome; a indiferença dos governantes, a ânsia do lucro em detrimento da pessoa humana; o desequilíbrio ecológico provocado por interesses espúrios de grupos particulares; guerras, autoritarismos... O pastor de Hipona não hesita em atribuir esses malefícios à falta do *ordo amoris*. Contudo, essa reta ordem do amor só será vivenciada quando o homem aceitar o senhorio de Deus. É a partir do amor de Deus que o homem passa a amar de verdade. Sendo assim, o egoísmo é vencido pela caridade. Esta consiste em amor a Deus sobre todas as coisas e nele todos os homens. É nesse contexto que o amor ultrapassa os estreitos limites do individual e assume conotações sociais.³

A solução para acabar com as injustiças sociais é apontada por Santo Agostinho. Ele fala do direcionamento que o homem pode dar ao amor. Aliás, ele passa a mover a alma, tornando-se o centro motor da ética.⁴ Quando se fecha para Deus, o homem transforma-se num tirano, pois não ama de verdade. Pelo contrário, procurará apenas satisfazer seus intentos pessoais, egoísticos. Isso gera diversas injustiças no seio da sociedade, pois a soberba destrói a relação entre homens e ameaça o ideal da justiça. Já quando o ser humano ama a Deus, acima de tudo, os frutos são extraordinários como a concórdia, que no plano social é indispensável para um convívio harmonioso.⁵

¹ PINHEIRO, A. Luiz. *A Centralidade do Amor na Filosofia Agostiniana. Atualização*. N.277, p.50-54, Jan./Fev. 1999.

² De Civ. Dei V, 19.

³ PINHEIRO, A. Luiz., op. Cit., p. 57.

⁴ Id., *O Compromisso Ético-político em Santo Agostinho*, n.279, p. 254-255, Mai./Jun. 1999.

⁵ Ibid., p. 256-258

Quando o pastor hiponense diz claramente que o ser humano tem uma dimensão essencialmente social, ele ao mesmo tempo tem presente que sem o auxílio de Deus o homem é incapaz de viver em sociedade. Isso porque pelo pecado original sua natureza ficou marcada pelo desejo de dominar seus semelhantes. Ao invés do Criador ser o centro de seu pensar e agir o homem escolhe o seu *eu*. Com isso, passa a decidir tendo por base apenas sua individualidade. Neste sentido, a vida comunitária e social dada sua exigência de solidariedade e fraternidade torna-se impraticável. De fato, quando os interesses pessoais são absolutizados, o bem comum é praticamente eliminado da sociedade acarretando a deturpação da ordem social.⁶ Quando a pretensão de glórias e honrarias de pessoas ou de pequenos grupos é o ideal máximo a ser alcançado, o aspecto comunitário é anulado por interesses particulares.⁷ Neste sentido, Santo Agostinho faz na *Cidade de Deus* uma consistente crítica ao sistema de governo da sua época. Eles estavam alicerçados exclusivamente na própria soberba que os incitava a buscar mais e mais territórios e riquezas, sacrificando até mesmo as necessidades primárias de seus súditos. É claro que dentro dessa realidade os que mais sofriam eram as camadas pobres da sociedade. Daí o santo pastor concluiu que a definição de povo não estava mais correspondendo ao seu significado. Se o povo era um determinado número de homens unidos por algum laço social,⁸ como então poderia haver unidade onde predominam os direitos individuais inspirados pela soberba e a vaidade.⁹ Onde não existe mais a preocupação com as necessidades do outro, devido a uma ética individualista, para Santo Agostinho só há uma solução, ou seja, a implantação da caridade no seio da sociedade.¹⁰ Ela tem sua fonte em Deus; por isso, torna o homem capacitado para amar os outros. Embora reconheça o caráter íntimo e pessoal do ser humano, o doutor da graça consegue fazer no *amor Dei* uma maravilhosa ponte entre o individual e o social. Ao contrário do agir ético pautado pelo egoísmo, Santo Agostinho apregoa um comportamento, em que o amor de si desdobra-se no social. Isso acontece quando Deus encontra pronta aceitação da parte do homem. Assistido pela graça divina, ele aprende o que e como deve amar, ou seja, com autenticidade.

⁶ De civ. Dei, V, 16

⁷ De civ. Dei I, 30

⁸ Cf. De Civ. Dei XIX, 24

⁹ De Doct. Christ. III, 10.

¹⁰ GONÇALVES, J. Cerqueira. *Santo Agostinho: Dois Amores Fundaram Duas Cidades*. N. 67, p. 240-241, Jul/Ago/Set. 1994.

No pensamento agostiniano, a descoberta do amor divino por parte do ser humano tem profundas repercussões sociais. Ao invés de cair no intimismo doentio e perverso, ele transforma-se num dinâmico agente de mudança no seio da sociedade. De fato, a caridade, que pode ser expressada no amor a si mesmo e ao próximo em função de Deus, é a matriz da verdadeira sociedade. Para o exímio teólogo, ela é a base de uma comunidade justa.

A única possibilidade da justiça no seio da sociedade é a prática da verdadeira religião. Não se respirava numa atmosfera de concórdia e justiça no Império Romano, porque há muito os romanos viviam mergulhados na idolatria. Procuravam nos deuses falsos a razão e a motivação para suas ações e vícios desonestos.¹¹ Agarrados exageradamente à matéria e aos prazeres eles foram se degenerando compulsivamente. A moral passou a ser relegada completamente de suas ações. O que lhes interessava era apenas gozar a vida, ou seja viver somente para a terra. Santo Agostinho diz claramente que, se tivessem abandonado o culto aos deuses pagãos, com certeza, o Império não teria ruído.

O pastor hiponense interroga várias vezes na *Cidade de Deus* a veracidade dos deuses romanos. Segundo ele, a moral é fundamento da religião. Do contrário, sem moral não haveria religião. Como, então, os deuses adorados pelos pagãos deixaram a moral ser eliminada da vida romana?¹² Aqui, para o pastor de Hipona, estava a prova da falsidade dos deuses romanos. Se fossem verdadeiros, deveriam ter contribuído para a permanência da moral no império. Ao contrário, eles incitavam ainda mais o desregramento moral pelas suas práticas abomináveis, justificavam todos os crimes cometidos pelos romanos sobre a pretensão de serem agradáveis aos mesmos. Os romanos, por sua vez, se deleitavam no culto a eles que davam respaldo às suas perversões morais.¹³

É tendo diante de si este quadro que Santo Agostinho defende a *vera pietas*, única que pode suscitar no homem o desejo de ser justo. Para o exímio teólogo, essa piedade tem o objetivo principal de mover o ser humano ao sumo bem ou à felicidade que, como já foi mencionado, é Deus. A prática da verdadeira religião, que coincide com a justiça, consiste em amar, adorar e prestar culto ao Deus cristão. É no exercício dessa vivência religiosa que o homem encontrará forças para superar a ética individualista. O conceito agostiniano da religião e da justiça ultrapassa também o

¹¹ De civ. Dei II, 15.

¹² De Civ. Dei II, 16

¹³ De Civ. Dei II, 26

limiar do íntimo e do individual. Ele transborda e manifesta-se no convívio social, vejamos o que indica o próprio Santo Agostinho:

“Deve-se, portanto, exigir essa justiça que faz com que o único e supremo Deus, segundo sua graça, impere à obediente cidade que não sacrifique a ninguém senão a Ele. Deste modo, em todos os homens, cidadãos de tal cidade e obedientes a Deus, a alma imperará fielmente com ordem legítima sobre o corpo e a razão sobre as paixões. Dessa maneira, como um só viverão dessa fé que age pela caridade, que leva o homem a amar a Deus como deve e ao próximo como a si mesmo.”¹⁴

Para Santo Agostinho, o encontro com Deus conduz necessariamente o homem na direção do outro. É impossível que alguém faça sua experiência mística de intimidade com o Criador sem que ela deixe profundas marcas de solicitude pelo próximo. A superação de uma ética individualista só será possível quando governantes e governados se abrirem para o transcendental.¹⁵ Do contrário, a própria liberdade de pensamento e de atitude estará comprometida. Correrá o risco de tornar-se um impecilho para a vivência da autêntica democracia. Pois, onde cada qual só pensa em si, a injustiça predomina, ocasionando a perda da concórdia social.¹⁶ E, sem ela, é impraticável a paz. Como poderá haver tranquilidade quando o bem individual é a preocupação e o anseio exclusivos dos membros da sociedade? Dentro desse contexto, o bem comum não encontra espaço; por isso, a vida social torna-se um tédio. A solução apontada por Santo Agostinho exige sempre que o homem abandone sua soberba, aceitando com humildade o amor que o Cristo trouxe à terra. Aliás, na visão agostiniana, não há outra alternativa para se romper com as barreiras do egoísmo e do individualismo. Somente pautados pelos valores do Reino de Deus, é possível que o individual e o social estejam unidos, formando um conjunto para a ordenada concórdia.

Para o santo hiponense, o cristianismo não menospreza o individual que cada criatura humana traz consigo. Pelo contrário, quanto mais o homem aceita a proposta cristã, mais chance ele possui de crescer como pessoa e cidadão.¹⁷ O amor humano precisa ser purificado pelo *amor caritas* que o liberta da sua excessiva auto-suficiência e individualidade doentia. A busca da maturidade, que consiste na prática verdadeira da ética na vida individual e social, passa por um itinerário que vai desde a

¹⁴ De Civ. Dei XIX, 23

¹⁵ De Civ. Dei V, 12, 6.

¹⁶ De Civ. Dei IV, 28.

¹⁷ PINHEIRO, A. Luiz., op. Cit., p. 258.

abertura para si mesmo, para o outro, para a sociedade, para o cosmos e para Deus. Se observarmos bem, verificaremos que este caminho foi percorrido pelo hiponense a partir de sua estupenda conversão ao cristianismo¹⁸. Pensando bem, a religião de Cristo é essencialmente uma mensagem de amor. Ela leva seguramente seus adeptos a procurar o bem comum. Ela constitui um antídoto que preserva o cristão de fechar-se sobre si mesmo. No tempo do bispo de Hipona, o Império Romano vivia exageradamente o amor *concupiscentiæ*; sua preocupação central era em acumular mais territórios e glórias humanas. A sorte e a vida difícil que algumas pessoas passavam não interessava os governantes. E isso foi crescendo cada vez mais ao ponto de serem vencidos pela sua inéscia, ocasionada pelo apego ao lucro e ao poder, suplantando a ética ar. Essa triste situação depreende-se das palavras do santo pastor:

*“Infalível paixão, acaso podia esta repousar nesses corações soberbos, antes de chegar, através de honrarias contínuas, ao poder real? E teria sido possível a continuidade de honrarias, se deixasse de prevalecer a ambição? Ora, a ambição apenas podia prevalecer em povo corrompido pela avareza e pela libertinagem, filhas da prosperidade de que a prudência de Nasica pretendia salvar Roma, conservando-lhe a temível e poderosa rival. Queria que o medo reprimisse a libido, o mesmo freio contivesse a luxúria e o freio da luxúria fosse o da avareza, enfim, que a repressão do vício deixasse florir e desenvolver-se a virtude necessária à repúbia e a liberdade necessária à virtude.”*¹⁹

Sem ética, e essa sem o respaldo da proposta cristã, não se concretizará a *tranqüilidade da ordem*. A ética individualista destrói o ideal do bem comum e da paz, que são os fundamentos da ordem social. De fato, como poderá tornar-se possível a concórdia, onde cada um só busca seus objetivos pessoais? A corrupção da sociedade na época de Santo Agostinho e as fraudes de hoje são conseqüências da falta de ética. O imperativo do bem comum só encontrará espaço na sociedade quando Deus for colocado no seu devido lugar. Aliás, Ele é por excelência aquela força motriz que dá consistência à ética, isto é, quando a pessoa humana se deixar conduzir por Ele. O bem individual torna-se também um ponto de partida para a realização do bem comum. Esse interesse pelo progresso da sociedade e o bem estar dos membros da comunidade humana só será possível com a perfeita união entre o amor comum e a finalidade de um objetivo comum.²⁰ Isso significa para o santo pastor de Hipona que governantes e governados só viverão perfeitamente a ética da solidariedade e da

¹⁸ Ibid. De Civ. Dei, I, 31, p. 259.

¹⁹ De Civ. Dei, I, 31.

²⁰ Cf. GILSON, Etienne. *A Evolução da Cidade de Deus*, p. 58.

fraternidade quando se abrirem para os preceitos da lei divina. Na visão agostiniana, não há outro caminho capaz de sustar dos homens a tendência a uma ética individualista. O duplo preceito do amor evangélico é indispensável para a implantação de uma ética que realmente transforme as estruturas injustas e permissivas em iniciativas sociais em prol dos membros da sociedade humana, sobretudo os menos afortunados.²¹

A ética, quando se debruça apenas sobre si mesma, torna-se um obstáculo para a aquisição da justiça, da concórdia e da paz. Alguém que vive exclusivamente para si, transforma-se num peso morto para a sociedade. Ao invés de contribuir para a prosperidade e o êxito social, atrapalha ou retarda o andamento dos projetos sociais. Para a construção de uma sociedade justa, é necessária a colaboração de todos. Deus criou o homem e infundiu nele a dimensão social.²² Contudo, quando este desobedeceu a Deus, o pecado deixou diversas seqüelas no ser humano. De fato, uma delas é o egoísmo que ofusca a visão comunitária e transcendental. E isso provoca todos os desequilíbrios sociais nas relações dos homens entre si e deles para com o cosmo criado.²³ Essa mentalidade egocêntrica se expressa pela falta de responsabilidade na administração dos bens materiais. O homem fascinado pela soberba e a idolatria de si mesmo se julga o senhor do universo e passa a manipular a natureza sem nenhuma preocupação com o bem estar de seus semelhantes. Considerando-se um ser absoluto, age como um verdadeiro déspota destruindo as reservas naturais, visando apenas o lucro para si e alguns poucos privilegiados. Infelizmente, muitas vezes, isso é praticado com o aval ou até mesmo a cumplicidade daqueles que detêm o poder, no rastro de interesses políticos em jogo.

A ganância atinge dimensões tão grandes que os governantes se omitem no cumprimento das leis que protegem o meio ambiente, face à mão e aos projetos inescrupulosos. Fala-se muito numa ética ambiental que imponha limites no trato com a natureza. Contudo, isso será viável e eficaz quando o ser humano aceitar o primado de Deus na vida.²⁴ Sem esse passo, é impraticável a elaboração de leis com o intuito de defender a natureza. A flora e a fauna são riquezas que Deus confiou ao ser humano. Ele continua sendo o Senhor da Criação. Somente unindo-se a Deus é que o homem consegue vencer suas tendências individualistas. A ética cristã que tem Deus

²¹ GONÇALVES, C. Joaquim, op cit., p. 242.

²² Cf. CULTRERA, Francesco, *Ética e Política*, p. 98.

²³ Cf. Ibid, p. 120 et. seq.

²⁴ Cf. nota n. 80.

como fonte de sustentação e inspiração traz em si a força para o homem de hoje superar a ética individualista. No pensamento agostiniano, o duplo preceito do amor é o único capaz de tornar possível a convivência fraterna entre os homens.²⁵ Sem ele a autoridade se torna tirania e a política transforma-se num covil de piratas e corruptos que não medem esforços para se enriquecerem, a custa do sacrifício e massacre dos pobres.²⁶

Santo Agostinho acredita que a busca e a aceitação de Deus dá sentido à vida. Contudo, ele também explicita, que o homem cresce como pessoa na medida em que serve seus semelhantes. Uma ética que não levasse em consideração esses aspectos tornar-se-ia uma fonte de frustração. Se a ética não contribuir para o sentido da vida humana, ela perderia sua verdadeira razão de ser. Uma ética voltada apenas para si mesma, e mais ainda para os estreitos limites da imanência, não possui condições de preencher o vazio do ser humano.²⁷ Mais uma vez ganha a ética cristã que descortina os horizontes do homem para este mundo, mas não esquece de remeter sua atenção e solicitude para o infinito. Aliás, este aspecto da escatologia cristã está sempre presente na *Cidade de Deus*.²⁸

4.2

A Cidadania Cristã

Embora no pensamento agostiniano haja um amplo espaço para o aspecto escatológico da vida, nele encontra-se um decisivo apelo para a construção de um mundo melhor *aqui e agora*. Santo Agostinho tem plena consciência que, mesmo sendo este mundo e essa sociedade provisórios, deve-se trabalhar por transformá-lo numa comunidade, onde o amor e a justiça sejam praticados. Aliás, a tão almejada concórdia só se concretizará quando o cristão assumir seu papel na sociedade. Sua missão primordial é amar a Deus em primeiro plano e permear os diversos campos da atividade humana com os valores do evangelho. O pensamento do céu, da *Cidade Celeste*, não deve diminuir em nenhum aspecto o interesse e o empenho do cristão por transformar as estruturas caducas e soberbas deste mundo em oásis de paz e fraternidade. A felicidade e a paz duradouras não se esgotam neste mundo. Contudo,

²⁵ PINHEIRO, A. Luiz, op. cit., p. 50.

²⁶ Ibid., p. 136.

²⁷ SANGALLI, I. José, *O Fim Último do Homem*, p. 176-178.

²⁸ De civ. Dei XIX, 10.

na visão do santo doutor da graça, elas começam a ser desfrutadas já nesta terra. Mas se sabe perfeitamente que só serão plenos na *Cidade Celeste*.²⁹

Para Santo Agostinho, nenhuma dificuldade poderá autorizar o cristão a eximir-se de suas tarefas na sociedade.³⁰ É dentro deste raciocínio agostiniano que a função política ocupa um lugar imprescindível na vida social. O político cristão, quando exerce seu mandato iluminado pela fé, presta um inestimável contributo para a comunidade humana. Aparentemente pode até parecer paradoxal, mas a política, quando encarada como um serviço, reveste-se de um valor fundamental para a boa convivência entre governantes e súditos. A nova cidadania instaurada em Cristo é fruto da conversão ao evangelho.³¹

É interessante observar a crítica que Santo Agostinho faz ao Império Romano e aos políticos de sua época. Como ela é válida até hoje! As guerras, revoltas e destruições são quase sempre provocadas pela má administração daquilo que é patrimônio comum de todos os componentes da sociedade. A insatisfação surge e se desenvolve entre governantes e governados porque os primeiros com frequência se esquecem que devem buscar em tudo o bem comum de seus súditos e não satisfazer exclusivamente desejos pessoais e mesquinhos. São facilmente corrompidos por pessoas e instituições que lhes apresentam propostas indecorosas das quais também levam sempre vantagens. Talvez isso aconteça em algumas situações por omissão dos cristãos que se negam a participar da política e das decisões na sociedade. Quando escrevia demonstrando saber o papel social que seus diocesanos e amigos políticos deveriam desempenhar, o exímio teólogo fazia severas advertências para que ambos fossem diligentes no cumprimento de seus deveres e funções no seio da comunidade humana.³²

O cristão pode e deve dar testemunho de sua fé, mesmo que isso o coloque em perigo de perder a própria vida. Renegar Cristo é que seria a verdadeira derrota da vida humana. O amor *caritas*, quando vivido intensamente, mergulha o cristão dentro das atividades terrenas com

²⁹ De Civ. Dei XV, 6.

³⁰ De Civ. Dei XIX, 5.

³¹ Serm. 244, 4.

³² Ep. 151, 44.

entusiasmo e forças fazendo dele uma luz em meio à escuridão deste mundo.³³ Aliás, qualquer batizado torna-se logo após o batismo uma testemunha de Cristo. É responsável pela sorte dos outros. Portanto, deve permanecer atento aos acontecimentos, procurando com assiduidade levar os valores do evangelho aos diversos setores da comunidade humana. A vida social, suas conquistas e derrotas não podem deixar o cristão indiferente e apático. Pelo contrário, ele deve lançar-se na direção dos outros, buscando constância e, ancorado pela fé, dar sua parcela de contribuição para que a situação social melhore ou até mesmo mude. Possuindo em si mesmo as armas necessárias para o combate na separação de esquemas e estruturas desumanas, o cristão também deve almejar o exercício da política. Através dela, poderá praticar a caridade cristã, com autenticidade e profundidade evangélica. Reconhecendo-se portador de uma esperança que não se restringe ao mundo terreno, o batizado trabalha incansavelmente para que a *Cidade de Cristo* habite no seio da sociedade, através do seu desempenho social e político. O horizonte da eternidade está sempre presente na elaboração de seus projetos e iniciativas sociais. Aliás, é com o coração voltado para a pária celeste que o cristão encontra fortaleza e inspiração para construir a civilização do amor.³⁴

Na Cidade de Deus, o pastor hiponense não descreve apenas o drama da história humana e da queda de um império que se considerava firme para sempre. A visão pessimista de Santo Agostinho abre espaço para a esperança cristã. Em todos os tempos, Deus vem ao encalço dos homens. Nele está a chave para a descoberta do sentido da caminhada individual e social dos povos. Ao criar o ser humano com tendências à vida social, Deus quis precisar dele para implantar a justiça e o amor sobre a Terra.³⁵ Conclui-se dessa verdade que o homem só se realizará como pessoa quando assumir seu papel político-social no seio da comunidade humana. Tendo Deus agraciado os cristãos de tantos dons e dádivas, espera que ele produza os frutos almejados e indispensáveis para a tão necessária concórdia social. Portanto, a visão da *Cidade Celeste* não constitui uma ameaça para a prática da justiça, ao contrário do que pensavam os pagãos do tempo de Santo

³³ Ep. 155, 15.

³⁴ De Civ. Dei XIX, 28.

³⁵ De Civ. Dei XVII, 4, 8.

Agostinho e os de hoje. O cristão que se recusa a participar da vida pública não vive verdadeiramente o cristianismo. Na perspectiva do santo pastor de Hipona, não há espaço para cristãos-anti-sociais na Igreja de Cristo. A mensagem evangélica impulsiona o cristão a assumir seu lugar na sociedade. Ele deve agir tendo por base e princípios o amor *caritas* que expulsa das relações sociais e políticas o amor *concupiscentia*, pautado na ganância, no lucro e no desejo doentio de dominar os outros, isso nunca foi fácil. Quando se olha para a triste realidade do mundo, salta aos olhos tragicamente que o amor *concupiscentia* é visto e apresentado por muitos como a única alternativa de felicidade. É neste contexto totalmente adverso que o cristão, como nos tempos do santo pastor hiponense, deve tomar parte na vida social e política. É assumindo o amor *caritas* e vivendo-o no campo social e político que o cristão poderá prestar uma valiosa colaboração para a derrocada do egoísmo e das enormes injustiças sociais.

A cidadania cristã não significa eximir-se das atividades terrenas. Ela constitui um compromisso que o cristão assume em decorrência de seu batismo. Ela comporta na tomada de consciência de que este mundo foi criado por Deus e, por isso mesmo, deve ser permeado pelo amor Dele.

O exercício da cidadania cristã não se restringe apenas na observância fria e parcial dos preceitos divinos. É partindo da luz que emana das Sagradas Escrituras que o cristão vive e atua na sociedade. Sua participação no contexto sócio-político-administrativo é tão importante que dela não se pode fugir, sob o pretexto de que o convívio social não o ajuda a viver a fé. Quanto mais a sociedade se julga auto-suficiente mais ela necessita da luz e do calor da fé. E isso só será possível quando os cristãos levarem a sério seus compromissos sociais e políticos. O triste quadro que Santo Agostinho contemplou um dia em Roma e na trajetória dos povos não o deixou indiferente. Com a sua conversão e seus escritos, ele indicou que os homens deveriam tomar outros rumos se desejassem de fato a felicidade e a justa ordem social. Os cristãos também não podem permanecer indiferentes ao triste quadro da vida social e política. Quando o exercício do poder público se torna um simples meio de enriquecer-se, mais do que nunca se exige dos cristãos a prática da cidadania.

A tranquilidade da ordem à qual se refere o santo pastor de Hipona é uma meta que para ser alcançada precisa necessariamente da prática da cidadania. Os cristãos são os primeiros membros da sociedade que possuem, na visão agostiniana, o essencial para implantar a justa ordem. Eles estão unidos ou devem estar alicerçados de forma perfeita pelo amor divino. Enquanto os outros estão vinculados apenas por interesses puramente terrenos. Os cristãos são chamados à prática da *caritas*, porque Deus é que os reúne na busca de objetivos comuns. Eles não se dão por satisfeitos, enquanto o amor de Deus não estiver presente na comunidade humana dirigindo todas as iniciativas.³⁶ O doutor da graça não esconde em nenhum momento que sem o amor de Deus é impossível a paz verdadeira. No Império Romano, não reinava a autêntica concórdia mas a tranquilidade aparente, pois no seio da sociedade romana predominava o apego às paixões e aos vícios. A proposta agostiniana para a implantação da paz passa necessariamente pelo exercício da cidadania.

Um outro argumento que o exímio teólogo desenvolve na *Cidade de Deus*, a favor da atuação do cristão na sociedade é o fato da inserção do batizado está inserido no mundo. Essa realidade faz com que ele usufrua dos benefícios, daí deve também procurar participar de suas responsabilidades. Embora, saiba que esses são bem distintos da *Cidade Celeste*. Com os olhos fixos na cidade do alto, a Jerusalém Celeste os cristãos devem dar sua contribuição para a transformação da sociedade. A implantação da justiça é sempre precedida pela conversão. O homem necessita da graça divina para mudar suas posições por demais individualistas e mesquinhas. O grande obstáculo para a vivência da concórdia é o apego excessivo ao individual. Conhecer-se a si mesmo, tornou-se para o homem um fim e não um meio. Diferente daquilo que o santo pastor apresenta com sabedoria, as correntes do pensamento moderno apregoam o intimismo como única alternativa para alguém ser feliz. Santo Agostinho mostra com sua vida que a suprema realização do homem é a vida de comunhão com seu Criador. Ainda que o ser humano seja chamado a entrar dentro de si mesmo, segundo a doutrina de Santo Agostinho, não se trata de um fim. O homem passa pelo interior unicamente como meio pelo qual se conhece a si mesmo. Na visão de Santo

³⁶ De Doctr. Chr. I., 27-28.

Agostinho, a natureza humana é tão sociável quanto individual. Para ele, essas duas dimensões podem muito bem viver unidas já que uma completa e enriquece a outra. Desde o início da criação, qualquer homem nasce numa família, faz parte de uma cidade e está inserido dentro de um determinado contexto sócio-político. É inútil alguém querer fugir dessa contingência. Ela acompanha sempre qualquer um que venha à Terra.

A cidadania é uma atitude resultante da própria dimensão social da pessoa humana. Pelo exercício da cidadania, o ser humano ultrapassa os limites do seu *eu* e age buscando o bem dos outros. Jamais o bem individual decorrente dos interesses pessoais poderá tornar-se um obstáculo para a aquisição do bem comum. O cristão, como qualquer pessoa, possui desejos e anseios particulares. Contudo, seu amor a Deus o faz muitas vezes renunciar a bens que em si são lícitos mas que interferem nos bens da coletividade. Um exemplo desta situação são os tempos de guerra. No decurso destes, todos os membros da sociedade são convocados para defender a pátria, sabendo que isso poderá comportar a perda da própria vida. Os cristãos, mais do que os outros, deverão ter essa consciência. O bem comum deve prevalecer sempre sobre os bens individuais. O exímio teólogo de Hipona sempre deixou esta verdade bem clara nos seus escritos.

O exercício da cidadania no plano da ética tem como pano de fundo três níveis: o homem está integrado sempre dentro de uma determinada comunidade. Nela, ele é chamado a prestar seu contributo atuando como indivíduo; para que o bem comum se concretize, devendo tomar parte ativa em organizações menores, a fim de incentivar a participação de todos na solução de problemas sociais; outra forma de dar sua parcela seria a inserção em algum setor do estado criando iniciativas e praticando ações humanitárias. O cristão, com o testemunho de sua benevolência para com os menos favorecidos, mostra que o bem comum é algo imprescindível para quem vive em sociedade. Santo Agostinho, ao denunciar os desmandos e corrupções do Império Romano, desejou evidenciar que toda comunidade fundada sobre si mesma está destinada a outra destruição. O interesse pelo bem comum é derivante da fé. Ela revela ao cristão o incomensurável valor da dignidade humana. Ela deve ser defendida e protegida sempre, mesmo a custa de sacrifícios. Quando o cristão vive sua cidadania, ele está contribuindo para o bem comum da pessoa humana. Aliás, isto se dá de uma

forma maravilhosa, pois suas boas ações atingem milhares de pessoas. Se o bem comum é o objetivo, a causa final e o fim da sociedade, o cristão não deve deixar de participar ativamente da vida social. Seu exemplo deve contagiar os outros a buscar, em um esforço contínuo, o bem estar de todos. E nisso, os cristãos se empenham estimulados pelos salutares preceitos da religião que os incita a praticar a justiça. Vejamos como o santo pastor enobrece e enaltece o papel da religião cristã na vida social. Dentro do seu raciocínio a cidadania deve ser exercida tendo em vista a eternidade.

“Queixam-se também, de que da noite da mais perniciosa impiedade são transferidos para a luz da mais salutífera piedade, porque o povo acode às igrejas com diligência... Nelas ouvem como cumpre viverem bem no tempo, para que, depois desta vida mereçam viver bem-aventurados e eternamente; nelas a Santa Escritura e a doutrina de justiça ressoam do púlpito, à vista de todos, de maneira que os ouçam como prêmio os que os praticam e como condenação aqueles que não o fazem.”³⁷

Essas palavras do exímio teólogo hiponense manifestam a importância da religião como âncora que sustenta os cristãos e os impulsiona no cumprimento de seus deveres sociais. O cristianismo possui em si mesmo a força que brota do amor ao Cristo. Ele leva seus membros a vencer o comodismo e a indiferença para buscarem o bem comum. Se os romanos tivessem aderido à doutrina de Cristo, o império não teria sucumbido. Faltou-lhes o respaldo da verdadeira religião, única capaz de libertá-los das garras do vício e da ânsia desordenada do domínio. O desejo de glória e honrarias pessoais acabou por desviá-los dos interesses pelos objetivos comuns dos cidadãos da *Urbe*. Pensavam que estavam agindo como cidadãos almejando a grandeza e o progresso do império.³⁸ No entanto, esqueceram-se que, mais do que anexar territórios e dominar povos, a cidadania se realiza quando se vive a solidariedade. Os governantes não atentaram que no desempenho de suas funções deveriam antes de tudo atingir o bem comum de seus súditos. Aliás, como já se viu anteriormente neste trabalho, Santo Agostinho apregoa que o Estado não deve medir esforços para fazer acontecer a concórdia. Quando um governo zela e promove o bem comum está protegendo o seu

³⁷ De Civ Dei II, 28.

³⁸ De Civ. Dei III, 18.

povo, pois este é o beneficiário direto de sua ação. Se público, significa aquilo que é do povo; então, quando se governa com justiça realmente se concretiza o governo do povo e para o povo. O cristão que vive sua cidadania tem consciência dessa realidade; procura fazer todo o possível para que seus irmãos sejam beneficiados, quer quando exerce o direito e o dever do voto, ou quando assume postos na vida pública.

A cidadania para o cristão não é simplesmente algo imposto de fora. Ela é parte integrante de sua missão no mundo. Não há nenhuma incompatibilidade entre os deveres religiosos e os sociais, desde que estes últimos não se interponham aos preceitos divinos. A consciência de que a criação inteira pertence a Deus faz do cristão um ardoroso defensor dos direitos humanos. O homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. E a cidadania por excelência visa preservar esta dignidade. Daí que a inserção do cristão na vida política e social não é algo extrínseco ao ser, ser Cristão. Pelo contrário, trata-se da prática autêntica de sua fé num Deus salvador. A fé sem o exercício da cidadania seria incompleta, pois a libertação que Deus sempre operou e deseja concretizar no homem é sempre de caráter integral e não reducionista. Santo Agostinho protestou no seu tempo contra uma mentalidade errônea que intencionava uma fé e uma religião apenas ao setor privado, como algo mágico que servia exclusivamente como meio de adquirir vantagens pessoais. Sabemos como os deuses adorados no Império Romano só serviam aos interesses espúrios dos governos.³⁹ Os deuses romanos foram, na concepção do santo pastor, incapazes de levar seus adeptos a verdadeira liberdade e a viverem a autêntica cidadania. De fato, as práticas pagãs não motivavam os membros da sociedade romana a buscar o bem comum. Nem mesmo se preocupavam com as injustiças praticadas pelo império. Governantes e governados viviam apenas uma fé mágica de consumo e extravagâncias pessoais. Cada vez mais ambos se fecharam dentro de si mesmo. Daí houve a destruição, pois uma sociedade não sobrevive onde reina o individualismo.

4.3

A Política e a Religião Cristã

³⁹ CONGRESSO NACIONAL AGOSTINIANO, 7, 1996, S. Paulo. Federação Agostiniana do Brasil, p.144.

Não é desconhecido de todo que a religião cristã encontrou, desde o início, algumas dificuldades na sua relação com os poderes constituídos.⁴⁰ Os três primeiros séculos da Igreja foram profundamente marcados por disputas e mortes sangrentas. Santo Agostinho reconhece o valor do Estado. No entanto, vê-se que ele defende a fé e a liberdade da Igreja ante os membros políticos do Estado. Na concepção do exímio teólogo de Hipona, não há nenhuma oposição entre as funções do Estado e a responsabilidade que Igreja e os cristãos receberam de anunciar o Evangelho. Evidentemente que o santo pastor tem consciência de que ambos possuem encargos distintos. Contudo, não poderão atingir seus objetivos enquanto não trabalharem unidos na promoção do bem comum. A autoridade de César deverá ser respeitada, pois a mesma foi estabelecida por Deus. Mas este não deve servir-se do seu poder para oprimir, massacrar e, até mesmo, perseguir a religião cristã. O imperador não era aceito pelos cristãos como um Deus verdadeiro; a este, eles reverenciavam como sendo único portador de um senhorio superior ao de César. Assim, houve durante vários séculos diversas incompreensões por parte do império. Este alimentou, por causa disso, a idéia errônea de que os cristãos se recusavam a prestar culto ao Imperador porque eram contrários às leis do Estado. Essa mentalidade foi responsável pela morte de inúmeros cristãos.

O teólogo da graça é firme nos seus escritos sobre o papel do Estado. Seu pensamento encontrou fundamento na epístola de S. Paulo aos romanos, quando o apóstolo afirma categoricamente o princípio teológico que dá respaldo à autoridade:

“Sejam todos submissos às autoridades superiores porque não existe autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por ele. Aquele que resiste à autoridade, rebela-se contra a ordem estabelecida por Deus e atrai para si a própria condenação. Com efeito, os magistrados não existem para serem temidos quando se pratica o bem, mas quando se faz o mal.” (Rom 13, 1-7)

Tendo por base estas palavras do apóstolo S. Paulo o santo pastor de Hipona não hesitou em apregoar que aqueles que exercem cargos públicos são instrumentos de Deus na distribuição da paz e da justiça.⁴¹ Isso se percebe claramente na *Cidade de Deus*. Nela, ele cita o caso do Imperador Teodósio que conseguiu fazer de seu

⁴⁰ SOUZA, J.A.C.R. *O Reino e o Sacerdócio: O Pensamento Político na Idade Média*, p. 9.

⁴¹ CULTRERA, F., *Ética e Política*, p. 149.

governo uma era de paz e concórdia.⁴² A religião lhe deu forças e inspirações para dirigir seus assuntos administrativos e políticos, conforme os ditames da lei divina. Através de sua ação incansável em favor da paz entre os membros da sociedade, o Imperador Teodósio tornou-se exemplo vivo de que entre a religião cristã e política não existe nenhuma oposição. Obedecer à autoridade é algo fundamental para a promoção do bem comum e do progresso social. Contudo, o exímio teólogo, ao mesmo tempo em que enaltece e incentiva o apoio e a cooperação que deve haver entre os cristãos e as autoridades, determina os papéis definidos que ambos ocupam na comunidade humana. Existe uma separação absoluta entre a Igreja e o Estado. Contudo, isso não impede que haja um admirável intercâmbio entre os fiéis e o Estado. Os primeiros devem ser submissos ao último, mas este não esqueça que deve colaborar afim de que a Providência Divina guie sempre os destinos dos povos que lhe pertence.

Santo Agostinho é um grande defensor da política de colaboração. Apoiado nas Sagradas Escrituras, como também em textos de seu mestre Ambrósio, o santo hiponense não se cansa de dizer o quanto ambos, Religião e Estado, podem se ajudar para evitar inclusive heresias por vezes perigosas para a Igreja e o Estado.⁴³ A política e a religião são necessários para manter a ordem social. Ambos foram instituídos para o bem do homem. Enquanto o Estado assegura a paz pela autoridade das armas, a Igreja apregoa a concórdia pela força da caridade e da moral.

O teólogo da graça descreve também as diferenças existentes entre a Igreja e o Estado. Essas distinções podem ser entendidas tendo em vista os fins e o destino de ambos.⁴⁴ A função desempenhada pelo Estado, e seus projetos políticos visam apenas sanar problemas terrenos. Já a religião se detém naquilo que é duradouro e eterno. O papel do Estado é provisório, ainda que ele haja inspirado na lei divina que é eterna. Ele esgota suas perspectivas neste mundo. A Igreja traz uma mensagem que ultrapassa os limites do efêmero e lança suas bases na pátria celeste. Daí que seus fins são muito mais superiores do que os da política do Estado.

O exímio teólogo de Hipona critica na *Cidade de Deus* a postura dos romanos que atribuíam à religião cristã os males que o império padecia. Contudo, longe de desviar os cidadãos de seus deveres cívicos, a doutrina de Cristo incentivava ainda mais a inserção deles no mundo da política. O Evangelho não aconselha os cristãos a

⁴² De Civ. Dei V, 26.

⁴³ SOUZA, J.A.C.R., *O Reino e o Sacerdócio*, op. cit., p.19.

⁴⁴ De Civ. Dei XV, I.

abandonar suas atividades políticas e sociais. Pelo contrário, ele ilumina os projetos de governo dando-lhes a verdadeira sabedoria. Os valores apregoados pelos discípulos de Cristo enobrecem os encargos públicos. Se o Império Romano tivesse aceitado a *nova doutrina* e lhe dado crédito, com certeza teria passado por um processo de regeneração moral. E esse lhe pouparia a humilhação e a destruição.

A religião cristã, além de preservar a política da corrupção lhe dá um ar de transcendência, pois se a comunidade política, existe para o homem, o ser humano possui em si um senso político. Este o impele para ocupar cargos públicos. Contudo, se ele não tiver os princípios cristãos na base de seus intentos, a política não atingirá seu verdadeiro objetivo, que é o bem comum. O homem, como já disse no início deste trabalho, é incapaz por si mesmo de construir o bem sem o respaldo de Deus.⁴⁵ O seu aperfeiçoamento moral só se concretiza quando ele se abre para a religião. Aliás, para o santo pastor de Hipona esta, é o único fundamento legítimo da moral. Se a política visa o bem comum, ela deve estar a serviço da *polis*, visando o bem da comunidade. A religião cristã dá consistência a esse objetivo, protegendo os homens da prática que se serve da política para fins particulares de grupos, regiões e povos privilegiados. Quando isso acontece, é sinal claro de que a religião cristã não encontrou ressonância no pensamento daqueles que governam. É justamente o espírito individualista e egoísta que faz de alguns membros da sociedade parasitas e mesquinhos. Quando alguém que pensa assim assume cargos públicos, é desastroso, pois o mal atinge inúmeras pessoas que passam a viver mergulhadas em situações gritantes de injustiça e miséria social. Neste aspecto, o doutor da graça afirma que a política perde toda sua razão de ser, pois ela, na sua origem e definição, é guardiã por excelência da dignidade da pessoa humana. É somente pautando-se pelos princípios da religião cristã que o exercício da política poderá atingir o importante objetivo do bem comum. Como o santo teólogo sempre afirmou, o homem é de fato o fim e jamais poderá tornar-se meio da política.⁴⁶ Dessa visão brota clara a condenação a qualquer forma de discriminação seja social, racial ou até mesmo religiosa.

Como no tempo do pastor hiponense, também se faz necessário afirmar que o homem é *finis sui*, é fim em si mesmo. Jamais a doutrina de Cristo permitirá que a política venha a reduzir o homem, a coisa, a instrumento. Ele porta uma *essência* de ser livre e consciente. Como já se viu

⁴⁵ De Civ. Dei XIX, 21.

⁴⁶ CULTRERA, *Ética e Política*. Op. cit., p. 143.

anteriormente, a liberdade humana é possibilidade que tem sentido somente graças a um fim, a um projeto que se pretende realizar ao descobrimento do próprio sentido da vida.

O imperador era considerado um deus na antigüidade. Todos deveriam absoluta reverência e obediência cega. Ora, a religião cristã demoliu esta mentalidade política e religiosa. De fato, se adoravam deuses falsos incapazes de libertar alguém das garras das paixões. Esse quadro impedia os romanos de usufruírem de uma visão crítica da realidade. A religião praticada pelos romanos era alienante, sem nenhuma perspectiva de mudança social e moral.⁴⁷ A busca pela verdade e o sentido da vida praticamente não existia. Havia no império uma única preocupação: gozar ao máximo da vida. Ora, é dentro deste contexto desolador que a religião cristã veio trazer uma luz para a política. Veio assegurar-lhe força e sabedoria para que ela não se omita de sua função, que consiste também na criação de condições para que o homem atinja um autêntico desenvolvimento. Isto explica a necessidade do ser humano ter um ambiente de liberdade de pensamento e de consciência pela qual ele possa optar livremente à verdade e ao bem.

No pensamento agostiniano acerca da política e da religião cristã não se encontra um modelo próprio de sociedade, um modelo próprio de direitos humanos. Mas encontra-se a fé num Deus que criou o homem livre e o revestiu da dignidade de filho. Graças a obra da redenção, faz com que a criatura humana esteja sempre num lugar de destaque. Aliás, é fundamentado nesta fé que o político cristão procure uma motivação para trabalhar em prol dos direitos humanos. A religião cristã, no dizer de Santo Agostinho, abre a política para uma visão mais global, enriquecendo-a com novos princípios e iniciativas, estes ancorados em três pilares da fé: o homem criado à imagem de Deus; o sermão da montanha como proposta de vida e a defesa dos direitos humanos.⁴⁸ Ora, a idéia central de que o homem foi formado por Deus dá consistência ao trabalho de quem se dispõe a defender os direitos humanos. O exímio teólogo tem bem presente nos seus escritos que é em decorrência também desta revelação bíblica concernente à criação

⁴⁷ CONGRESSO NACIONAL AGOSTINIANO, 7. Op. cit., p. 148.

⁴⁸ CULTRERA, F., *Ética e Política*, op. cit., p. 144.

do homem que o mesmo não pode permanecer indiferente aos problemas políticos e sociais. Segundo o mesmo raciocínio bíblico, o ser humano é chamado à responsabilidade na história para com seus irmãos e para com o mundo criado. Para o pastor hiponense, a política é a maneira pela qual Deus se serve para manifestar sua justiça. Aliás, o político cristão sabe muito bem que deve colaborar ininterruptamente para a justiça divina impera sobre a Terra. Quando um político, ao invés de promover a concórdia e o bem comum, se afasta da justiça, ele está traindo o ideal para o qual foi designado: ser um instrumento de promoção do bem e da justiça no seio da sociedade.

A religião cristã não atenua os malefícios que uma má interpretação do exercício da política poderá suscitar. Quando o político cristão reflete sobre a *justiça de Deus*, Santo Agostinho diz expressamente que suas atitudes deverão manifestar sua preocupação com o bem estar social dos membros da sociedade. Aliás, a religião cristã e somente ela pode inculcar na política a responsabilidade quanto às injustiças, quer estruturais, quer individuais. A solução para esse problema se encontra na conversão para Cristo.⁴⁹ O exímio teólogo, como já fora citado anteriormente, crê que a justiça só se tornará uma realidade nas relações sociais quando Cristo for o centro das atenções. Sem se deixar levar pelo pessimismo, o santo teólogo sabe que o ideal de uma política como arte de fazer acontecer a caridade só se tornará uma realidade quando o amor de Deus for aceito pelos homens, sobretudo por aqueles que governam. Entretanto, o santo hiponense tem consciência de que a vivência perfeita desse amor divino só será plenamente praticada na *Cidade Celeste*. Enquanto peregrinam no tempo, os homens são por demais soberbos e vaidosos. Cheios de si mesmos, ludibriados pelo poder de dominar, dificilmente se entregam de fato ao convite amoroso de Deus.

A religião cristã dá para a política incentivo para que se procure o bem comum nesta vida. Contudo, o doutor da graça não esconde por um só instante que a política tem um fim relativo. Ela existe enquanto realidade terrena, mas é impulsionada desde agora por valores eternos. Aliás, a salvação não é apenas escatológica, não se refere apenas ao além; é salvação que permeia a história, a aventura mundana do homem. Através do

⁴⁹ CONGRESSO NACIONAL AGOSTINIANO, op.cit., p.148.

exercício correto da política, Deus manifesta o poder de seu amor e inaugura *aqui e agora* seu reino de justiça e de paz. O pastor hiponense tem em mente que o cristianismo não pode confundir-se com nenhum sistema de governo. Aliás, ele ultrapassa infinitamente as iniciativas e os projetos humanos, pois sua mensagem como já fora dito, transcende os ideais terrenos.⁵⁰ Conduz os homens e fá-los pensar na *Cidade Celeste*. Enquanto isso, a política deve procurar incessantemente o bem da *polis* que, em outras palavras, é o bem do próprio homem. Para isto, a religião cristã lhes dá forças. Mas esta, por sua vez, lembra com constância aos homens, sobretudo os que ocupam cargos públicos, que estes são apenas administradores. Os bens lhes foram confiados por Deus para o benefício do povo. Santo Agostinho expressa que público, significa, o que é do povo.⁵¹ Por conseguinte, os homens públicos devem zelar e promover o bem comum, a fim de que reine a concórdia.⁵² A vocação para a política não é apenas uma honra, mas um serviço do qual se deverá prestar contas aqui e um dia definitivamente na presença de Deus na *Cidade Celeste*. Nela, a atividade política não será mais necessária. Contudo, para fazer parte dela, os homens que governam serão julgados pela maneira como administraram os bens públicos durante o exercício de seus mandatos sobre a Terra. Essa é a visão que a religião cristã sempre procurou incutir nos seus membros que entram no mundo da política, de maneira especial, naqueles que têm o grave dever de governar.⁵³

⁵⁰ Ibid., p.124.

⁵¹ De Civ. Dei XIX., 21.

⁵² De Civ. Dei XIX., 22.

⁵³ CULTRERA, F., *Ética e Política*, Op. Cit., p.154.